

Lição 3

De quais partes, isto é, de quais pessoas, constam as repúblicas; e quais partes são necessárias, quais adjuntas; e quais podem coerir entre si, e quais não.

416. Digamos, porém, que também são mais que as ditas, e quais, e por que, tomando o princípio do que foi dito antes. Pois confessamos que toda cidade tem não uma só parte, mas muitas.

417. Assim, portanto, se quiséssemos apreender as espécies do animal, primeiro separaríamos aquilo que é necessário todo animal ter, como algo dos órgãos sensitivos, e o que elabora e recebe o alimento, por exemplo a boca e o ventre. Além disso, as partes pelas quais cada um deles se move. Se, pois, houvesse tantas espécies, e destes houvesse somente as diferenças, digo por exemplo da boca, alguns gêneros mais numerosos, e do ventre, e dos órgãos sensitivos, e além disso das partes motoras; o número da conjugação destes fará por necessidade muitos gêneros de animais. Pois não é possível que o mesmo animal tenha muitas diferenças de boca, nem, de modo semelhante, de orelhas. Por isso, quando forem tomadas todas as combinações contingentes destes, fará as espécies do animal; e tantas espécies de animal quantas são as conjugações das partes necessárias.

418. Do mesmo modo também acerca das ditas constituições: pois as cidades se compõem não de uma, mas de muitas partes, como se disse muitas vezes.

419. Uma, portanto, é a multidão que se ocupa em torno do alimento, que se chama agricultores; a segunda é a que se chama dos artesãos; e esta é a que se ocupa em torno daquelas artes sem as quais é impossível a cidade ser habitada. Destas artes, umas devem existir por necessidade, outras para as delícias ou para o bem viver. A terceira é a que se ocupa em torno do foro; digo forense a que se ocupa em torno das vendas, das compras, dos negócios e das trocas de moeda. A quarta é a assalariada.

420. O quinto gênero é o que combate; e a esses não é menos necessário existir, se não devem servir aos invasores. Pois nada há menos possível do que ser digno de chamar cidade a que é por natureza serva; pois a cidade é suficiente por si: ora, o que é servo não é suficiente por si.

421. Por isso, na *República*, isto foi dito levemente, mas não suficientemente. Pois diz Sócrates que a cidade se compõe de quatro coisas necessaríssimas: e diz que são estas: o tecelão, o agricultor, o curtidor e o construtor. E de novo acrescenta, como não necessários a esses, o ferreiro e os que criam gado além do necessário, e ainda o negociante e o cambista. E todas estas coisas são o complemento da primeira cidade, como se toda cidade fosse constituída por causa das coisas necessárias, e não do bem, e como se necessitasse igualmente de ferreiros e de agricultores.

422. A parte combatente, porém, não a atribui antes que, crescendo a região e tocando os vizinhos, sejam levados à guerra.

423. Mas, na verdade, também entre os quatro e quantos participem, é necessário haver algo que dê e julgue o que é justo. Se, pois, alguém considera a alma parte do animal mais do que o corpo, também nas cidades devem-se considerar tais coisas mais do que aquelas que tendem ao uso necessário; a saber, o elemento bélico e o que participa da justiça judicial.

424. Além disso, o que delibera, o que é obra do intelecto político; e estas coisas, quer existam separadamente em alguns, quer nos mesmos; pois nada difere para a noção: enriquecer e cultivar os campos acontece frequentemente aos mesmos. Por isso, se tanto estas quanto aquelas devem ser consideradas partes da cidade, é manifesto que também aquele que serve às armas é parte necessária da cidade.

425. A sétima, porém, é a que serve com os bens, à qual chamamos os opulentos.

426. A oitava é a demiúrgica, se instituidora do povo e a que, acerca dos principados, é administrativa: pois, sem principados, é impossível haver cidade. É necessário, portanto, que haja alguns capazes de governar e de administrar, seja de modo contínuo, seja por certa parte, à cidade, com esta administração.

427. Quanto ao restante, sobre o qual determinamos perfeitamente, que deliberará e decidirá para os que altercam acerca das coisas justas. Se, pois, é preciso que estas coisas se façam nas cidades, e que se façam bem e justamente, é necessário também que alguns dos homens políticos governem por virtude.

428. As outras potências, pois, parece acontecer existirem em muitos os mesmos; por exemplo, que os mesmos sejam combatentes e agricultores, e artífices; e além disso deliberantes e juízes. E todos são formados também pela virtude, e julgam poder governar na maioria dos principados: mas é impossível que os mesmos sejam pobres e ricos. Por isso estas partes da cidade parecem ser sobretudo os ricos e os necessitados.

429. Além disso, porque na maioria das vezes uns são poucos e outros muitos, estas parecem ser partes contrárias, dentre as partes da cidade, assim como também os regimes parecem ser a democracia e a oligarquia. Que haja, pois, vários regimes e por quais causas, já foi dito antes.

Depois que o Filósofo declarou que há vários regimes e por qual causa e quantos são de algum modo, nesta parte declara que há mais regimes do que os que foram mencionados: e mostra isto como que pela força de certo meio pelo qual mostrava antes que fossem vários; e divide-se em duas. Na primeira mostra que há mais do que os que foram mencionados. Na segunda mostra quais são os principais entre eles segundo outros, ali: as outras. E a primeira em duas. Na primeira antepõe sua intenção, propondo o princípio para provar isto. Na segunda prossegue, ali: assim, pois. Na primeira diz: assim foi dito que há vários regimes: pois alguns são retos; e estes são três: o reino, o estado dos melhores e a república. E há três não retos: a tirania, o dos poucos e o popular. Agora deve-se dizer que há mais regimes do que os que foram mencionados e quais são eles e por qual causa são vários; tomando, para provar isto, o princípio que antes foi assumido para provar que fossem vários; a saber, que toda cidade tem várias partes e não apenas uma: pois deste mesmo se provará que há mais do que os que foram mencionados.

Em seguida, quando diz assim, pois, prova tomando o semelhante naquelas coisas que são segundo a natureza; porque o regime se assemelha a elas. Pois o regime é segundo a razão: e as coisas que são segundo a razão são posteriores àquelas que são segundo a natureza e têm sua origem delas; e por isso toma o semelhante nestas para provar sua intenção: e tem duas partes. Primeiro toma o semelhante. Segundo adapta ao propósito, ali: do mesmo modo. Quanto ao primeiro, deve-se entender que, como foi dito antes, das partes materiais algumas são as que pertencem à espécie, e outras não. As partes que pertencem a ela são aquelas sem as quais a espécie não pode existir; assim como a carne e o osso pertencem à espécie do homem, porque sem estes não pode haver homem. As partes materiais que não pertencem à espécie são aquelas sem as quais a espécie pode ser encontrada; assim como estes ossos e estas carnes não pertencem à espécie humana, porque sem estes pode haver homem. Segundo, pois, a distinção das partes que pertencem à espécie distingue-se a forma; ainda que a distinção da forma não seja por causa da distinção da matéria. É de tais partes, segundo cuja distinção se distinguem as formas e as espécies, que aqui fala o Filósofo; e diz que, se alguém quiser tomar as espécies do animal, é preciso que se distingam as partes materiais do animal, sem as quais não pode existir a forma do animal, mas não aquelas sem as quais o animal pode existir: de modo que se diga que, das partes materiais do animal, uma é a sensitiva, outra a nutritiva, outra a digestiva: pois o animal é determinado pelo sentido; e por isso é preciso que haja uma parte sensitiva orgânica: e, como o animal se nutre, é preciso que receba o alimento e que o digira: ora, isto se faz por partes diversas: por isso há no animal uma parte receptiva do alimento, como a boca, e outra digestiva, como o ventre. Uma terceira, que é necessária, não a acrescenta aqui, a saber, aquela pela qual expelle o impuro e o supérfluo; mas no livro sobre a morte e a vida acrescenta-a. De novo, como o animal se move ou de lugar para lugar, como os animais que se movem por movimento de progressão ou por movimento de dilatação e constrição, como alguns imperfeitos, é preciso que tenha algumas partes apropriadas ao movimento. Se, pois, há tantas partes do animal, e destas partes há vários gêneros diferentes segundo a espécie, como há vários gêneros de boca e de ventre que diferem segundo a espécie; do mesmo modo também vários sensitivos diferentes segundo a espécie e várias partes apropriadas ao movimento: é manifesto que segundo a distinção destas partes há a distinção das espécies dos animais: porque não é possível que o mesmo animal segundo a espécie tenha vários ventres diferentes segundo a espécie e várias orelhas e várias diferenças de boca: porque, se o animal é de uma só espécie, é preciso que as partes sejam de uma só espécie, porque pela sua forma se determinam as suas partes. Logo, aquelas que se determinam por uma só forma são de uma só espécie. Não é, portanto, possível que de um só animal haja várias diferenças específicas de boca, e assim das outras. Por isso é manifesto que, se se tomarem todas as combinações que são possíveis destas partes dos animais que diferem segundo as espécies, haverá diversas espécies de animal, e tantas quantas forem tais combinações.

Em seguida, quando diz do mesmo modo, aplica ao propósito; e visa este raciocínio. Segundo a distinção das partes que pertencem à espécie distingue-se a espécie: mas são várias as partes que pertencem à noção do regime, e mais do que as que foram mencionadas: logo, serão vários os regimes e mais do que os que foram mencionados. Quanto a este raciocínio faz duas coisas. Primeiro, aplicando o semelhante ao propósito, põe a menor. Segundo prova, ali: uma, etc. Na primeira diz que, assim como segundo a distinção das partes do animal que pertencem à espécie há a distinção das espécies do animal, e há várias espécies de animal por haver várias de tais partes, do mesmo modo há vários regimes, porque são diversas as partes da cidade diferentes

segundo a espécie: pois a cidade não se compõe de uma só parte, mas de muitas, como frequentemente se disse acima.

Em seguida, quando diz uma, prova que há várias partes da cidade. Ora, há nela três graus: o ínfimo, o médio e o supremo; e segundo isto divide-se em três partes. Na primeira enumera as partes do povo que está no grau ínfimo. Na segunda enumera as partes médias, ali: a quinta. Na terceira as partes supremas, ali: o restante. Na primeira diz: bem se disse que há várias partes da cidade. Pois uma é a multidão que é administradora do alimento, como são os agricultores, e esta é a primeira parte e necessária; pois o alimento é necessário na cidade, e por isso são necessários aqueles que o administram. A segunda parte da cidade, quanto ao grau inferior, são os vis mercenários: e chamam-se vis mercenários aqueles que em suas obras maculam o corpo, como são os pisoeiros, os curtidores e outros artífices deste tipo, sem os quais a cidade não pode ser habitada. E destas artes há muitos gêneros. Pois uma é a que é para a necessidade da cidade, como a tecelagem e a curtimenta; pois sem estas não há cidade. Outra é por causa do deleite e do bem viver, como a música. E algumas que se ordenam a deleites supérfluos, como certa música. E algumas que são nocivas à cidade, como o jogo de dados e o de azar. A terceira parte da cidade é a forense, que trata das vendas e das compras e das negociações e dos cambistas. A quarta parte da cidade é a mercenária: e chamam-se mercenários aqueles que alugam suas obras. Assim, pois, há quatro partes da cidade quanto ao seu grau inferior.

Em seguida, quando diz a quinta, enumera as partes médias da cidade. E chamam-se médias porque se colocam de modo intermediário entre o primeiro que governa e o povo que ocupa o grau inferior. E divide-se em cinco partes. Na primeira prova que o elemento combatente é parte da cidade. Na segunda, que o judicativo, ali: mas, na verdade, etc. E na terceira, que o deliberativo, ali: além disso, o que delibera, etc. Na quarta, que os ricos, ali: a sétima, etc. Na quinta, que o dirigente do povo, ali: a oitava, etc. A primeira destas divide-se em duas. Na primeira prova que o elemento combatente é parte da cidade. Na segunda remove o erro de alguns, ali: por isso, etc. Na primeira diz que a quinta parte da cidade, computando as quatro primeiras partes, e a primeira entre as médias, é o elemento combatente: parte que não é menos necessária do que alguma das mencionadas, se a cidade não deve ser serva; pois é manifesto, e inconveniente, e contra a noção de cidade, que ela seja naturalmente serva. E a razão disto é que a cidade é suficiente por si: mas aquilo que é servo não é suficiente por si; porque todas as suas operações se ordenam a outrem. Ora, aquilo cujas operações são para outrem não é suficiente por si. Por isso é manifesto que a cidade não deve ser serva. Mas, se a cidade não tivesse quem lutasse contra os adversários, seria subjugada por outros e seria serva. Por isso é manifesto que é necessário haver na cidade o elemento combatente.

Em seguida, quando diz por isso, remove o erro de Platão: e divide-se em duas. Na primeira mostra que falou insuficientemente das partes da cidade. Na segunda toca no que Platão disse sobre o elemento combatente, ali: e a parte combatente, etc. Na primeira diz: assim foi dito que há quatro partes da cidade necessárias quanto ao grau ínfimo da cidade, e há outra parte não menos necessária que se chama elemento combatente: por isso é manifesto que alguns, como Platão, falaram das partes da cidade levemente, isto é, sem investigação e não suficientemente. Pois Sócrates disse (e chama Platão de Sócrates, porque Platão intitulou a República com o nome de Sócrates, seu mestre) que há quatro partes muito necessárias, e sem as quais não pode haver cidade. E disse que essas partes eram: o agricultor que cuida do alimento — e é manifesto que

esta é necessária, porque sem alimento não pode haver cidade; outra disse ser o tecelão e o curtidor: pois sem estes igualmente não pode haver cidade; outra disse ser o construtor, pois a cidade é feita de casas: por isso é preciso que haja construtores na cidade. Estas quatro pôs como necessárias à cidade. Depois pôs outras, que disse não serem necessárias; a saber, o ferreiro; e chama-se ferreiro aquele que trabalha o ferro. Depois os pastores, que têm o cuidado dos animais. Depois o negociante e o cambista. E estas disse serem o complemento da primeira cidade. Chamava de primeira cidade aquela que é composta das primeiras partes. E assim pôs, como se a cidade existisse por causa do próprio viver absolutamente, e não por causa do bem viver, como se a cidade fosse apenas primeiro e por si feita de iguais, como são os curtidores e os agricultores. Mas não é assim: pois a cidade não existe por causa do próprio viver absolutamente, mas por causa do próprio bem viver: e por isso muitas outras partes são necessárias nela, que ele não pôs. Depois, a cidade não necessita apenas de iguais, mas antes de desiguais: e por isso deve-se dizer que ele errou.

Em seguida, quando diz e a parte, toca no que disse sobre a defesa: e diz que igualmente não falou bem sobre os combatentes, isto é, que, no início, quando a cidade era edificada, não foram necessários; mas depois, quando a cidade cresce e se estende até as fronteiras, ou até os limites de outra cidade, dos quais muitas vezes se origina dissensão, para reprimir a violência dos adversários.

Em seguida, quando diz mas, na verdade, mostra que o judicativo é parte da cidade. E diz que, de novo, entre as quatro partes, ou quantas se ponham, é necessário haver na cidade uma parte que determine e defina as acusações e as disputas que nela há, e faça o justo: e prova isto porque, assim como a alma se relaciona com o corpo, assim o juiz se relaciona com a cidade. Pois, assim como a alma ou o intelecto investiga, delibera e julga sobre o que foi encontrado, assim o juiz investiga e delibera sobre as coisas que conduzem ao fim do regime e julga. Ora, a alma é parte necessária do animal e do homem mais do que o corpo: logo, do mesmo modo, o juiz é parte necessária na cidade mais do que o elemento combatente e mais do que aquilo que se ordena ao uso do corpo. E o Filósofo prova, quanto a estes, que são partes, mais do que quanto aos outros, porque destes menos parecia que fossem necessários; e sobretudo menos pareceria se a cidade fosse instituída por causa do próprio viver absolutamente.

Em seguida, quando diz além disso, mostra que o deliberativo é parte da cidade. E diz que o deliberativo é parte da cidade. E a razão disto é que deliberar é obra do político: pois cabe ao político deliberar sobre as coisas que conduzem ao fim da cidade: por isso é manifesto que ao político pertence deliberar. Mas as coisas que pertencem ao político, enquanto tais, são da necessidade da cidade: por isso o deliberativo é parte da cidade. Ora, estas coisas, a saber, o deliberativo e o judicativo, quer existam separadamente, de modo que outro seja aquele que julga, outro o que delibera, outro o que está nas armas, outro o que cultiva os campos, quer não existam separadamente, mas um e o mesmo seja quem julga e delibera, nada difere para o propósito: pois isto é possível: pois vemos que o mesmo pode ser soldado e agricultor: do mesmo modo, o mesmo pode ser quem julga e quem delibera. Se, pois, o soldado e o agricultor são partes da cidade, é manifesto que tanto esta quanto aquela que se ordena às guerras será parte dela.

Em seguida, quando diz a sétima, mostra que os ricos são partes da cidade. E diz que a sétima parte da cidade, computando todas as precedentes, é aquela que fornece as riquezas, parte à qual

chamamos os opulentos. Pois, como a cidade deve ser suficiente por si, é preciso que tenha riquezas, do contrário não existiria; e por isso são necessários na cidade aqueles que têm tais riquezas.

Em seguida, quando diz a oitava, mostra que o dirigente do povo é parte da cidade. E diz que a oitava parte da cidade é aquela que exerce as magistraturas, isto é, a que é dirigente do povo. Ora, esta é necessária porque o povo é sem razão; e por isso necessita de algo dirigente, para que não se mova fora da razão.

Em seguida, quando diz o restante, mostra que a suprema parte da cidade é necessária. E diz que a parte que é administrativa na cidade acerca dos principados é necessária na cidade, porque a cidade não pode existir sem príncipes. A prova disto é que o regime é a ordem dos principados e sobretudo do primeiro: logo é manifesto que é necessário haver na cidade alguns capazes de governar, seja sempre, seja às vezes, de modo que às vezes governe um, às vezes outro. Do mesmo modo, as outras coisas, sobre as quais se falou, a saber, a deliberação e aquele que determina a disputa entre alguns que altercam acerca do justo, é preciso que haja na cidade. Se, pois, estas coisas podem fazer-se na cidade bem e justamente, e também injustamente e mal: mas é preciso que isto se faça bem, e isto não pode ser sem virtude dirigente, é manifesto que é necessário que alguns homens políticos governem na cidade segundo a virtude. Assim, pois, aparece que há várias partes da cidade diferentes segundo a espécie e a noção: por isso haverá vários regimes. Mas, se alguém disser que acima foi dito que há seis, três retos e três transgressores, e não mais; deve-se dizer que acima disse que há seis gêneros de regime e não mais: alguns deles, porém, têm espécies contidas sob si, e assim aqui fala: donde quer provar que há vários regimes segundo as espécies.

Em seguida, quando diz as outras, mostra quais são as principais entre estas segundo a intenção de outros. E divide-se em duas, na medida em que por dois raciocínios mostra que os mesmos podem ser deliberantes e juízes, os quais são os principais. A segunda ali: além disso, etc. Na primeira diz que, embora sejam muitas as partes da cidade, duas, porém, parecem ser as principais e as mais opostas; a saber, os ricos e os necessitados. Pois as outras partes acontece existirem simultaneamente em muitos os mesmos: por exemplo, os mesmos podem ser combatentes e agricultores e artífices. De novo, os mesmos podem ser deliberantes e juízes. De novo, com estes podem ser virtuosos. Mas é impossível que um e o mesmo seja simultaneamente rico e pobre. Por isso é manifesto que os ricos e os necessitados parecem ser sobretudo as partes principais da cidade, e as que mais diferem. Por isso parecem ser sobretudo duas as partes da cidade, nas quais governam os ricos ou os pobres.

Em seguida, quando diz além disso, põe o segundo raciocínio. E diz que, de novo, os ricos e os necessitados parecem ser duas partes da cidade sobretudo contrárias, porque na maioria das vezes os ricos são poucos e os pobres muitos. Por isso é manifesto que os regimes que se determinam segundo o excesso destas partes serão dois regimes sobretudo contrários e diversos. Do que é manifesto que o popular e o dos poucos são dois regimes diversos e distintos, ainda que o rico enquanto rico e o pobre enquanto tal difiram ao máximo, de modo que um e o mesmo não possa ser simultaneamente rico e pobre, contudo não diferem ao máximo segundo a noção de bondade e de malícia. E por isso, considerando segundo a noção do bem e do mal, não diferem ao máximo, mas há outros que diferem mais. Ademais, conclui o que foi dito antes, que há mais regimes do que os que foram mencionados e por qual causa.

Revision #1

Created 11 October 2026 19:15:55 by Admin

Updated 11 October 2026 19:15:55 by Admin